

CENÁRIO EVOLUTIVO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO MUNDO: ETAPAS E PROMOTORES

THE EVOLVING SCENARIO OF ENVIRONMENTAL EDUCATION FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT IN THE WORLD: STAGES AND PROMOTERS

EVOLUCIÓN DE ESCENARIOS DE EDUCACIÓN AMBIENTAL PARA EL DESARROLLO SOSTENIBLE EN EL MUNDO: PASOS Y PROMOTORES

Alda Matos (alda@ipb.pt)*

Paula Cabo (paulacabo@ipb.pt)**

António Fernandes (toze@ipb.pt)***

Isabel Ribeiro (xilote@ipb.pt)****

RESUMO

Desde a publicação do livro *Silent Spring*, 1962, de Rachel Carson, do livro *The Limits to Growth*, 1972, do Clube de Roma e do impacto provocado pelo Relatório Brundtland, *Our Common Future*, 1987, pela World Commission on Environment and Development, que os organismos internacionais se envolvem em parcerias e assinam declarações de compromisso com a Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável – EADS. O objetivo do presente artigo é realizar uma narrativa sobre os eventos dedicados à EADS, com início na Conferência de Estocolmo até à Conferência do Rio+20. O estudo teve como base metodológica uma revisão crítica da literatura. Concluiu-se que a sociedade tomou maior consciência sobre os problemas ambientais a partir de 1970. Despontaram as primeiras respostas político-administrativas na Conferência de Estocolmo e, mais tarde, publicou-se a Informação Brundtland pela equipa interdisciplinar de experts em meio ambiente. Daqui resultaram o Tratado de Bem-estar (garantia dos direitos mínimos aos cidadãos pelo Estado) e o conceito de Desenvolvimento Sustentável. Surgiu assim a solidariedade social para com o futuro da humanidade, que implicou o princípio de “não hipotecar os recursos das gerações futuras”. Na Conferência do Rio a EADS foi plenamente aceite e divulgada pelo mundo. Todavia, com a entrada do novo milénio, a atenção dada à EADS regrediu significativamente.

Palavras-chave: *educação ambiental, desenvolvimento sustentável, etapas, promotores, mundo.*

ABSTRACT

The concern expressed by international organizations over Environmental Education for Sustainable Development – EESD is not recent. Indeed, since the publication, in 1962, of Rachel Carson's *Silent Spring*, and of the book of the Club of Rome, *The Limits to Growth*, in 1972, along with the impact caused by the Brundtland Report, *Our Common Future*, in 1987, published by the World Commission on Environment and Development, international organizations have engaged in partnerships and signed statements committing themselves to EESD. The purpose of this article is to present a narrative of the events defining EESD from the Stockholm Conference to the Rio+20 Conference, based on a critical review of the literature. The study concludes that since the 1970s society has become more aware of environmental problems. The first political and administrative responses emerged beginning with the Stockholm Conference and later the publication of the Brundtland Report by the joint team of environmental experts. These resulted in the Welfare Treaty (a state's guarantee of their citizens' minimum rights) and the concept of Sustainable Development. Thus emerged social solidarity as the future of

humanity, leading to the principle of “preservation of resources for future generations”. In the Rio+20 Conference, EESD was fully accepted and made known worldwide. However, since the beginning of the new millennium, the attention given to EESD has significantly decreased.

Keywords: *environmental education, sustainable development, stages, promoters, world.*

RESUMEN

Desde la publicación del libro Primavera Silenciosa, 1962, de Rachel Carson, Los Límites del Crecimiento, 1972, del Club de Roma y el impacto causado por el Informe Brundtland, Nuestro Futuro Común, 1987, por la Comisión Mundial sobre el Medio Ambiente y el Desarrollo, que las organizaciones internacionales firman declaraciones de compromiso para la Educación Ambiental para el Desarrollo Sostenible – EADS. Este artículo tiene como propósito hacer una exposición de los eventos dedicados a la EADS, a partir de la Conferencia de Estocolmo hasta la Conferencia Río+20. La metodología se basó en una revisión crítica de la literatura. Se concluyó que a partir de 1970 la sociedad se volvió más consciente de los problemas ambientales. Surgieron las primeras respuestas políticas y administrativas en la Conferencia de Estocolmo y, posteriormente, se publicó el Informe Brundtland por un equipo interdisciplinar de especialistas en medio ambiente. Esto dio lugar al Tratado de Bienestar (garantizar los derechos mínimos a los ciudadanos por el Estado) y al concepto de Desarrollo Sostenible. Lo mismo produjo mayor solidaridad social con el futuro de la humanidad, lo que llevó al principio de “no comprometer los recursos de las generaciones futuras”. En la Conferencia del Río, la EADS fue plenamente aceptada y publicitada en el mundo. Sin embargo, con la entrada del nuevo milenio, la atención prestada a EADS retrocedió significativamente.

Palabras-clave: *educación ambiental, desarrollo sostenible, etapas, promotores, mundo.*

* Professora Adjunta da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Bragança, Portugal. Membro do Departamento de Ciências Sociais e Exatas. Doutorada em Educação Ambiental pela Universidade de Salamanca.

** Professora Adjunta da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Bragança, Portugal. Membro do Departamento de Ciências Sociais e Exatas. Membro efetivo do Centro de Investigação de Montanha do Instituto Politécnico de Bragança. Doutorada em Economia pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

*** Professor Adjunto da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Bragança, Portugal. Vice-coordenador do Departamento de Ciências Sociais e Exatas. Membro efetivo do Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Doutorado em Gestão pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

**** Professora Adjunta da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Bragança, Portugal. Coordenadora do Departamento de Ciências Sociais e Exatas. Membro efetivo do Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Doutorada em Economia pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Submitted: 13th July 2015

Accepted: 12th April 2016

INTRODUÇÃO

Há várias décadas que as instituições internacionais têm realizado esforços para reorientar as políticas dos diversos territórios (organização de eventos, produção de normas e regulamentos transversais, promoção de parcerias e acordos internacionais), no sentido de responder aos objetivos do *Desenvolvimento Sustentável – DS* e de permitir uma nova dinâmica, no círculo da interação sociedade-natureza e fomento do bem-estar social.

É válido registrar que, já em 1952, numa conferência na *Academia Francesa de Ciências*, Paris, subordinada ao tema *O Problema da Ética na Evolução do Pensamento*, o teólogo luterano alemão Albert Schweitzer¹ referiu que (...) *quando o homem aprender a respeitar até o menor ser da criação, seja animal ou vegetal, ninguém precisará de ensiná-lo a amar o seu semelhante*. De igual modo, a *Organização Não Governamental – ONG, Clube de Roma*, constituída em 1968, tinha por finalidade debater a crise mundial e o porvir da humanidade, perante os modelos de crescimento económico que visavam o lucro acelerado no menor período de tempo.

Porém, os documentos mais importantes para a promoção da *Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável – EADS* surgiram na década de 60, com a publicação do livro *Silent Spring (Primavera Silenciosa)* da autoria da bióloga marinha Rachel Carson. Foi por esta altura que surgiram os primeiros movimentos ambientalistas e o interesse pela ecologia (Soromenho-Marques, 2002).

Na década de 70, a pedido do *Clube de Roma*, foi editado o livro *The Limits to Growth (Os Limites do Crescimento)*² (Meadows, 1972), que visava o equilíbrio global através da restrição do consumo. No campo da Educação, questionavam-se os modelos educativos, cuja ênfase se desenvolvia na formação de profissionais altamente eficientes e eficazes para competir no mercado de trabalho (Alves, 2009). Esta publicação foi o ponto de partida para a inclusão da EADS no ensino em diversos países, como estratégia de contenção do crescimento económico desenfreado.

Na década de 80, a divulgação do *Relatório Brundtland, Our Common Future (O Nosso Futuro Comum)*, da *World Commission on Environment and Development*, veio demonstrar, através de indicadores estatísticos, que a pobreza era uma das principais razões para a deterioração ambiental no mundo. Este documento foi fundamental para a cultura da sustentabilidade, apelando a um desenvolvimento que satisfizesse as necessidades da geração presente, sem pôr em causa as necessidades das gerações futuras. O presente relatório originou numerosos debates, documentos vinculativos e estratégias de desenvolvimento sustentável por todo o mundo, tornando-se igualmente um testemunho de referência para o ensino superior, no seu caminho para a sustentabilidade.

¹ Albert Schweitzer foi também músico, médico missionário, filósofo e Nobel da Paz em 1952, pelo seu empenho na defesa da 'Irmandade das Nações' e difusão da ética ambiental.

² Trinta anos mais tarde foi atualizada esta edição, sob o título, *Os Limites do Crescimento – A Atualização de 30 Anos*. «Cientistas do Mundo – Aviso à Humanidade», assinado por mais de 1600 cientistas de 70 países, sendo 102 ganhadores de prémios Nobel. Os consensos emergentes desta publicação mostram a rota de colisão entre os humanos e o mundo natural, com danos severos e muitas vezes irreversíveis no ambiente. Alude-se que muitas das práticas atuais poderão colocar em risco o futuro da sociedade humana e da natureza, alterando o mundo vivo, que será incapaz de sustentar a vida da forma como é conhecida hoje. Mudanças basilares são urgentes para evitar a colisão que o atual modo de vida trará.

Na década de 90, numa das mais importantes cimeiras mundiais, a *Conferência do Rio*, promoveu-se uma estratégia global de desenvolvimento sustentável, com o envolvimento dos países pobres e das universidades. Esta cimeira foi um evento decisivo na história do ambiente e desenvolvimento.

No novo milénio, com a *Declaração dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio* e o *Decénio das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável*, pretendeu-se, essencialmente combater o analfabetismo (igualdade de género) e a pobreza (acesso a água potável, saneamento) no mundo (*United Nations Regional Information Centre for Western Europe – UNRIC*, 2010). É importante referir que, *a economia social, o meio ambiente, a diversidade cultural, o desenvolvimento local, a governação, a eficiência, a inovação e a justiça social são componentes do desenvolvimento sustentável. Os impactos ambientais são uma preocupação central ao nível europeu e mundial, assumindo particular importância nos meios urbanos. A adoção de estratégias de desenvolvimento sustentável (...) suscita a consideração das relações entre educação, ambiente e responsabilidade social* (Ramos e Patrício, 2014:316).

De facto, ao longo do tempo, a Educação tem andado de mãos dadas com o desenvolvimento sustentável. A educação é um poderoso meio de reprodução social de saberes, de valores e de mudanças socioculturais para o exercício dos direitos fundamentais, como o *direito a uma qualidade de vida digna, sadia e ecologicamente equilibrada*. A Educação Ambiental, na procura de modelos socioeconómicos mais sustentáveis, veio responder aos desígnios do Desenvolvimento Sustentável, de acordo com as recomendações dos encontros internacionais. Particularmente, no final do século XX, foi-se fortalecendo e conquistando um lugar estratégico para dar resposta à crise ambiental, envolvendo diversas práticas educativas de apoio à sustentabilidade.

Neste sentido, com o intuito de informar e envolver os cidadãos na *Educação para o Desenvolvimento Sustentável – EDS*, o objetivo do presente artigo é realizar uma análise crítica dos eventos e declarações mundiais dedicados à EADS, a partir da *Conferência de Estocolmo* (1972) até à *Conferência do Rio+20* (2012). A presente narrativa teve como base metodológica a análise de conteúdo de informação secundária sobre a temática (artigos científicos e documentos emanados de acordos internacionais sobre educação para o desenvolvimento sustentável).

1. A EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO MUNDO

O ser humano nem sempre criou problemas ao ambiente. Ao longo da História encontram-se inúmeras atitudes ecológicas que se apresentam no Anexo I.

É interessante verificar que as primeiras organizações de prevenção da crise ambiental se localizaram nas regiões onde as consequências da industrialização foram mais nefastas para a saúde e para o ambiente. Foi no Reino Unido, em 1843, que se assistiu à constituição da *Manchester Association for the Prevention of Smoke* (Soromenho-Marques, 1998). Todavia,

como ficou visível no Anexo I, foi a segunda metade do século XX, em particular, que foi fértil em conferências internacionais, acordos, diplomas, legislação e literatura, bem como na constituição de instituições ambientais e ONG com o objetivo de reduzir a progressiva degradação do ambiente no planeta.

A década de 70 foi a época que marcou o início de uma série de encontros internacionais sobre variadas temáticas ambientais.

1.1. CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO

Os conceitos de 'Educação Ambiental' e de 'Sustentabilidade' só foram abordados na sua plenitude em 1972, na *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano*, em Estocolmo, donde resultou a *Declaração do Ambiente*, com 109 recomendações do *Plano de Ação* para o ambiente (*United Nations – UN*, 1972a). Participaram pela primeira vez países industrializados e países em desenvolvimento, preocupados com a poluição industrial, a escassez de recursos energéticos e com a pobreza (Ramos-Pinto, 2004). Esta cimeira contou com 113 países e com observadores de mais de 400 organizações intergovernamentais e ONG, constituindo um marco histórico no tratamento da degradação ambiental do planeta a nível mundial (Gonçalves, 2002).

A *Declaração de Estocolmo* congregou 26 princípios básicos, onde se propunha a proteção e conservação da natureza (UN, 1972b), mas tendo em conta o envolvimento da sociedade (alunos, docentes, famílias, empresas, ...).

O Princípio n.º 19³ constituiu o eixo de intervenção institucional na área da *Educação Ambiental* – EA, a ser inserida no ensino formal e não formal, de modo a abranger todas as faixas etárias e camadas sociais. Criou-se o *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente* – PNUMA, com sede em Nairobi, introduziu-se o conceito 'Uma Terra Só' e a noção de 'Ecodesenvolvimento'. O âmagio deste encontro persuadia os cidadãos a adotarem a filosofia de que o ambiente é um bem jurídico fundamental e, assim, tanto as gerações presentes como as gerações futuras deveriam ter direito a viver num ambiente sadio e ecologicamente equilibrado (Tamanes, 1977). Para tal, o PNUMA, possuía duas componentes de ação, uma relacionada com a Educação Ambiental e outra com a Formação Ambiental. A EA, mais ligada à informação ambiental e ao apelo à consciencialização no meio escolar e extraescolar e, a Formação Ambiental, mais ligada à formação de especialistas em EA, para atuarem sobre o coletivo humano (Borges, 2002).

A *Conferência de Estocolmo* acresceu uma importância incontestável às temáticas ambientais, conduzindo-as para espaços de diálogo e para as agendas políticas globais. Tomaram-se *as decisões necessárias à realização dum programa internacional sobre a educação relativa ao ambiente, interdisciplinar quanto à sua aproximação, escolar e extraescolar, englobando todos*

³ É essencial ministrar o ensino, em matéria de ambiente, à juventude, assim como aos adultos, tendo em devida consideração os menos favorecidos, com o fim de criar as bases que permitam esclarecer a opinião pública e dar aos indivíduos, às empresas e às coletividades o sentido das suas responsabilidades no que respeita à proteção e melhoria do ambiente, em toda a sua dimensão humana (*Declaração de Estocolmo* – Princípio n.º 19).

os níveis do sistema educativo (Oliveira, 1998:26). A Recomendação n.º 96 veio certificar a EA como um dos mecanismos mais importantes para se encarar a crise mundial do ambiente.

O relatório do PNUMA sobre o *Panorama Ambiental Global*, reuniu dados sobre a saúde ambiental, constituindo-se como um documento de tomada de decisões político-ambientais, no intuito de mitigar acidentes ambientais com eco nas populações. As temáticas abordadas como as maiores ameaças à segurança da população mundial foram a concentração de gás carbónico na atmosfera, a escassez de água potável, a degradação dos solos por erosão, a salinização, a remoção da vegetação natural, a monocultura, os sistemas de irrigação inadequados e a poluição das águas. Assim, como até aqui, os países viam a natureza como uma fonte inesgotável de recursos, esta foi a primeira abordagem global e consciente, dirigida às relações homem-natureza.

Por altura desta cimeira foi publicado o resultado de uma investigação sobre o crescimento material da biosfera, gerador de grande polémica, *Os Limites do Crescimento*, a pedido do *Clube de Roma*. O estudo foi executado por uma equipa informal de empresários, estadistas e cientistas do *Massachusetts Institute of Technology* e coordenado por Donella Meadows. Este trabalho recomendou o 'crescimento zero' para a economia, dado o aumento acelerado da população mundial, a depauperação dos recursos naturais, a poluição, entre outros fatores, que poderiam conduzir a humanidade a sérios riscos de sobrevivência em finais do século XX. A presente decisão foi prontamente contestada pelos países em vias de desenvolvimento. Estes países, à semelhança do visível crescimento económico dos países desenvolvidos, centrado na industrialização, tentavam reestruturar as suas economias, na convicção de que tomando um padrão de desenvolvimento idêntico, alcançariam o seu próprio desenvolvimento.

Após a *Conferência de Estocolmo* o ecodesenvolvimento difundiu-se como uma resposta radical às políticas económicas com base na industrialização.

1.2. CONFERÊNCIA DE BELGRADO

A Educação Ambiental só viria a ser imposta como conceito universal em 1975, quando a *United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization – UNESCO* promoveu a *Conferência de Belgrado* sobre Educação Ambiental, na Jugoslávia. Deste colóquio resultou a *Carta de Belgrado*, a qual define os objetivos da Educação Ambiental e reclama uma nova forma de olhar para o desenvolvimento, abarcando, por um lado, o ambiente, a erradicação da pobreza, o analfabetismo e a ética universal e, por outro, condenando a excessiva exploração e consumo de recursos. Tendo isto como base, as grandes linhas orientadoras da EA assentavam na premissa: formar a população.

Com o objetivo de dar continuidade à Recomendação n.º 96, atrás mencionada, a *Carta de Belgrado* propôs um programa mundial de Educação Ambiental, definindo como objetivos: (...) *ajudar os indivíduos e os grupos sociais a terem consciência do ambiente global e dos problemas conexos, e sensibilizá-los para esses temas. Para a sua consecução tornar-se-ia necessária uma (...) nova ética universal, pessoal e individualizada (...)*, fortemente alicerçada

nos eixos basilares assentes na *Declaração das Nações Unidas* sobre a nova ordem económica internacional (Oliveira, 1998:27). Os principais visados no processo de Educação Ambiental foram (...) *os técnicos superiores e aqueles que têm o poder de decisão nos sectores ligados ao ambiente* (Oliveira, 1998:27).

Deu-se início à primeira fase do *Programa Internacional de Educação Ambiental – PIEA*, iniciado em 1975 pela UNESCO e PNUMA, com atividades celebradas em África, EUA, Ásia, Europa e América Latina, com os seguintes princípios diretores: *a Educação Ambiental deve ser multidisciplinar, integrada às diferenças regionais, votada para os interesses nacionais e deve ter continuidade* (Ramos-Pinto, 2004:162).

Reconhecendo este novo rumo, a Educação Ambiental surge (...) *como um processo permanente e participativo na aquisição de conceitos e competências que promovam comportamentos e actuações concretas na defesa, conservação e melhoria na qualidade do ambiente, tentando resolver os problemas actuais e evitando que outros se coloquem no futuro* (Benavente, 1993, citado por Alves, 2009:26).

A *Carta de Belgrado* foi um dos documentos mais lúcidos e importantes da década de 70: *propõe que a erradicação das causas básicas da pobreza como a fome, o analfabetismo, a poluição e a exploração devam ser tratadas em conjunto. Nenhuma nação deve desenvolver-se às custas de outra nação, havendo necessidade de uma ética global. A reforma dos processos e sistemas educativos é central para a constatação dessa nova ética de desenvolvimento. A juventude deve receber um novo tipo de educação que requer um novo e produtivo relacionamento entre estudantes e professores, entre escolas e comunidade, entre o sistema educativo e a sociedade* (Ramos-Pinto, 2004:162).

1.3. CONFERÊNCIA DE TBILISSI

Da *Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental*, em Tbilissi, capital da República da Geórgia, em 1977, organizada pela UNESCO/PNUMA, emanou um articulado (fortemente inspirado na *Carta de Belgrado*) de valores éticos, económicos e estéticos, visando a prevenção do meio natural. Proclamou-se a EA como fator indispensável para uma educação global, com base em seis pilares, a consciencialização, o conhecimento, as atitudes, as competências, a avaliação e a participação. Da *Declaração de Tbilissi* resultou uma concentração de esforços, com vista ao desenvolvimento e implementação da Educação Ambiental a nível regional, nacional e internacional, como um direito de todos e de cada um dos cidadãos (UNESCO, 1978).

Alargou-se o conceito de 'Ambiente', que apenas incorporava o ambiente físico, para ambiente social e cultural, e integrou-se o problema do subdesenvolvimento dos países, com as respetivas divergências geradoras de injustiças, pobreza e opressão. Esta cimeira acentuou as complexas e delicadas relações entre o homem e o ambiente, tendo em consideração a condição social e cultural, que acabam por ser a origem dos problemas ambientais.

Com a aproximação à própria vida, a Educação Ambiental foi adquirindo um cariz ético e interdisciplinar. De facto, sendo a vida o maior valor da sociedade, mais facilmente se chegaria a uma reforma mundial de mentalidades e dos sistemas educativos.

1.4. DECLARAÇÃO DE VIENA

Em 1983, a *Declaração de Viena*, Áustria, veio abordar diretamente as temáticas da Educação Ambiental e do Ambiente. Retomou e realçou a importância da interdisciplinaridade da Educação Ambiental na educação escolar e o interesse das várias ciências, tais como as Artes, a Literatura, a Filosofia, a Religião, a Sociologia e a Geografia, para a compreensão dos fenómenos ambientais (Gonçalves *et al.*, 2007).

Com a inclusão da pluralidade disciplinar na educação e o foco na imensa diversidade cultural do mundo, tornou-se cada vez maior o desafio para os educadores.

1.5. RELATÓRIO BRUNDTLAND: O NOSSO FUTURO COMUM

O *Relatório Brundtland*, *O Nosso Futuro Comum*, lançado em 1987, foi o documento com maior impacto mundial. Foi a partir desta data que o conceito de 'Desenvolvimento Sustentável' ganhou amplitude, sendo definido pela primeira vez, como (...) *um processo de transformação no qual a exploração de recursos, a direcção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas* (Ramos-Pinto, 2004:163).

Entre outros aspetos de inegável importância, o presente relatório desenvolveu-se à volta de duas grandes questões: quais os problemas ambientais que mais afetam o mundo e qual a melhor forma de mitigar os impactos ambientais. Dito de outro modo, o âmago destas questões incidiu nas 'necessidades' e 'limitações', tendo como alvo os pobres e excluídos e os impactos negativos da tecnologia e da organização social. Neste sentido, foram propostas estratégias ambientais aos países que se encontravam em diferentes estádios de desenvolvimento, para se atingir o DS no ano 2000. Para que a preocupação com o ambiente se transformasse em maior colaboração entre os países e os levasse à obtenção de metas comuns, fomentaram-se amplas campanhas de EA e o treino de especialistas em tecnologia ambiental (Brundtland, 1987).

1.6. CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO RELATIVA AO MEIO AMBIENTE

Também em 1987, realizou-se em Moscovo, Rússia, pela UNESCO e PNUMA, o *Congresso Internacional sobre Educação e Formação Relativa ao Meio Ambiente*, que reuniu mais de 300

especialistas de 100 países e observadores de organizações internacionais. O objetivo desta cimeira foi examinar as recomendações resultantes da *Conferência de Tbilissi* e procurar novas estratégias internacionais de ação em matéria de educação e formação ambientais, que respondessem aos desafios da década de 90 (Raposo, 1997; Cunha *et al.*, 1999; Fernandes, 2001).

Este evento deu origem à *Década Mundial para a Educação Ambiental*. Para além de se defender que os programas a desenvolver para o decénio deveriam acentuar as relações homem-ambiente nas suas manifestações sociais, económicas, políticas e ecológicas (Gonçalves, 2002) e de se reforçar a necessidade de priorizar a formação de recursos humanos em EA, fala-se, pela primeira vez, da inclusão da dimensão ambiental nos currículos de todos os níveis de ensino. Assim, as estratégias para a educação e formação ambientais versavam sobre o acesso à informação, investigação, programas de educação técnica e vocacional, materiais pedagógicos, educação ambiental no ensino superior, formação de especialistas e cooperação internacional e regional.

1.7. CONFERÊNCIA DO RIO

Durante a década de 90 a Educação Ambiental foi ganhando corpo a nível mundial, ainda que timidamente nalguns pontos do planeta.

1.7.1. Conferência das nações unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento

Em 1992, da Conferência do Rio, Cúpula da Terra ou Eco'92, como ficou conhecida a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, Brasil, resultaram cinco documentos, a Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Declaração de Princípios sobre as Florestas⁴, a Convenção sobre as Alterações Climáticas, a Convenção sobre a Diversidade Biológica e a Agenda 21 – A21.

Todos estes acordos, subjacentes à implementação de políticas compatíveis com a proteção ambiental dos territórios e a promoção da melhoria da qualidade de vida, tiveram a sua base no princípio da sustentabilidade ambiental. A Eco'92 teve como alvo a instituição de uma justa parceria mundial, com base no respeito pelos interesses dos Estados e da sociedade civil, protegendo, simultaneamente, a integridade da biosfera e assegurando a sua interdependência global (Teixeira, 2003).

Foi nesta conferência que se reconquistou o empowerment, restituindo o poder de reflexão, de decisão e de atuação às sociedades.

⁴ A Conferência do Rio foi também dedicada à Amazônia, que passava pela devastação desmesurada da sua floresta para exploração de gado e exportação de madeira, com desprezo pelos nativos indígenas e pelo seu modo de vida sustentável na floresta.

Em paralelo com a Eco'92, decorreu no Rio de Janeiro a Jornada Internacional de Educação Ambiental, num fórum global de ONG, no qual estiveram presentes 15 000 participantes. Deste fórum resultaram 32 tratados, entre os quais se realça o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Este Tratado, sendo gerado num processo mundial de consulta, deu maior identidade à EA, como uma educação política e transformadora na construção de sociedades sustentáveis. A comunidade internacional assumiu a educação como um processo ativo e em constante elaboração, no sentido de facultar a reflexão, o diálogo e o autoaperfeiçoamento (Maia, 2000).

1.7.1.1. Agenda 21

A Agenda 21 constituiu-se como um compromisso assinado por 170 países, incluindo Portugal. O documento dividiu-se em 4 secções, (40 capítulos), exibindo as áreas em que a ação humana causa maior impacto, com temáticas que vão desde a biodiversidade, recursos hídricos e infraestruturas, aos problemas de educação, habitação, entre outros. A A21 estabeleceu a ponte entre o DS e o envolvimento pró-ativo dos cidadãos perante os problemas ambientais. Foi redigida como uma agenda de democracia participativa, ao fortalecer o papel dos mais excluídos, como as mulheres, jovens e crianças, em diversas atividades. Incorporou um forte compromisso social de conservação e gestão dos recursos, proteção da atmosfera, combate à desflorestação, desertificação, incentivo à agricultura sustentável e desenvolvimento rural, proteção da água, uso racional de produtos químicos, fitossanitários e resíduos perigosos.

Para assegurar o futuro sustentável do planeta, apresentou-se um modelo contendo consensos e propostas de todos os intervenientes, para a modificação dos padrões de produção e consumo, de forma a reduzir as pressões ambientais, mas desta vez, atendendo às necessidades básicas da humanidade. A este novo modelo, que conciliava justiça social, eficiência económica e equilíbrio ambiental, denominou-se 'Desenvolvimento Sustentável'.

A Agenda 21 foi o primeiro documento diplomático estratégico a alcançar a unanimidade internacional, com um programa de ação abrangente, edificado de forma participada e consensual, de modo a nortear um renovado modelo de DS para o século XXI à escala planetária. Foi o documento mais consistente em termos de justiça social e planeamento solidário entre a população presente e as futuras gerações. Gerou consensos e parcerias entre os países e as sociedades, com conteúdos adaptados ao DS global, nacional e local, para governos, coletividades, empresas e escolas: *um documento capaz de ser compreendido e aplicado nas esferas locais, sem que se perdesse a sua dimensão global* (Gomes, 2009:69). A Agenda 21 não ignorou as especificidades de cada país, propondo medidas específicas para que cada um deles pudesse elaborar a sua própria *Agenda21 Local – A21L*. Por isso, tem sido utilizada por países de todo o mundo no delineamento de planos de ação local de estímulo à sustentabilidade.

O artigo 36.º da Agenda 21, *Promoção do Ensino e da Consciencialização Pública*, coloca a educação como meio crucial para a consciencialização e sensibilização ética e ambiental da sociedade, encarando o ensino como *a ferramenta mais importante no desenvolvimento dos*

recursos humanos e no impulsionar da transição para um mundo mais sustentável (A21, 1992)⁵. Propõe ainda a formação de adultos em EA, em colaboração com as ONG, no sentido de os estimular para a sensibilização ambiental (Novo, 1998; Vieira, 2003).

A Agenda 21, ao visar ações e orientações dirigidas para um desenvolvimento compatível com a preservação do ambiente, e, paralelamente, não significar um travão ao crescimento económico, ia ao encontro das reivindicações preconizadas pelos países em desenvolvimento, os quais negavam qualquer tendência de 'crescimento zero', já que variadíssimos estudos tinham demonstrado que os responsáveis pela maior parte dos impactos ambientais eram os países industrializados. Tornou-se, por isso, necessário, corrigir o anterior processo de desenvolvimento.

1.8. CONFERÊNCIA DE THESSALONIKI (RIO+5)

Em 1997, em Thessaloniki, na Grécia, foi promovida pela UNESCO, a *Conferência Internacional sobre Ambiente e Sociedade: Educação e Sensibilização Pública para a Sustentabilidade*, donde resultou uma declaração com o mesmo nome e se inscreveu a EA como primordial (...) *investimento para um mundo durável* (Teixeira, 2003:74). Esta declaração deu continuidade ao artigo 36.º da A21, apresentando a educação como motor de desenvolvimento humano e de mudança (ideológica, social, económica, tecnológica e política), fundamental ao DS.

Admitiu-se, contudo, neste evento, que desde a *Conferência do Rio*, a Educação Ambiental não surtiu os efeitos desejáveis nas populações.

1.9. CARTA DA TERRA

A *Carta da Terra*, promovida pela *Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento* da ONU, foi redigida a partir dos contributos de mais de cem mil pessoas (ONG e sociedade civil, daí a sua grande valia) de 46 países e viria a ser publicada pela UNESCO, em Paris, em 2000, sendo aprovada pela ONU em 2002. A *Carta da Terra*, brilhante instrumento para a sustentabilidade e a educação, em harmonia com as linhas diretoras do *Decénio das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável – DNUEDS* e da *Estratégia da Educação para o Desenvolvimento Sustentável* da CEE/ONU, ostenta 4 níveis de utilização (internacional, regional, nacional e local) e três atributos inovadores (UN, 2005; Murga-Menoyo, 2013):

1. o âmbito sistémico e integrador – *nova forma de olhar o mundo*;
2. o enfoque ético e utópico de transformação social de respeito e cuidado com a vida (atual e futura) em toda a sua diversidade de formas – *nova forma de sentir o mundo*;

⁵ A A21 possuía como uma das suas metas assegurar o ensino primário a todas as crianças do mundo até 2015. Objetivos de desenvolvimento do milénio (UNRIC, 2010): 1- Reduzir a pobreza extrema e a fome; 2- Alcançar o ensino primário universal; 3- Promover a igualdade de género e o *empowerment* das mulheres; 4- Reduzir a mortalidade infantil; 5- Melhorar a saúde materna; 6- Combater o VIH/SIDA, malária e outras doenças; 7- Garantir a sustentabilidade ambiental; e 8- Criar uma parceria mundial para o desenvolvimento.

3. a forte dimensão prática e normativa, acompanhada de contínuas chamadas à participação e ao compromisso ativo – *nova forma de estar no mundo*.

Este documento assume-se como um 'Código Ético Planetário' com princípios e valores fundamentais⁶, no que se refere à sustentabilidade do planeta, à semelhança da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. A UNESCO, na condução do processo relativo ao DNUEDS (2005-2014), declarou a *Carta da Terra* como um importante referente ético para o DS e um instrumento de apoio ao processo educativo.

1.10. CONFERÊNCIA DE JOANESBURGO (RIO+10)

Em 2002, dez anos depois da Cimeira da Terra, teve lugar em Joanesburgo, a 2ª Cimeira da Terra ou Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Sustentável. Esta cimeira foi organizada pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável e contou com a participação de mais de 8 000 pessoas pertencentes a organismos associativos de inúmeros países. Desta cimeira saíram dois documentos, uma Declaração Política (os governos assumiram princípios de desenvolvimento sustentável sem carácter vinculativo) e um Plano de Ação (onde se abordaram temáticas como a pobreza, saúde, educação, água e saneamento, energia, recursos naturais, biodiversidade, alterações climáticas, comércio, globalização e desenvolvimento). Tais documentos foram assinados por 191 países, distribuídos por 4 grupos: União Europeia; Japão, Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia – JUSCANZ; G77 (133 países em vias de desenvolvimento) e Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento – SIDS (pequenos estados ilhéus) (Vieira, 2002).

Nesta cimeira procedeu-se ao balanço da aplicação das diretivas da Eco'92 e do *Protocolo de Quioto* de 1997, tendo em vista o cumprimento dos protocolos de preservação dos recursos do planeta a longo prazo. À semelhança da *Conferência Tessalónica*, foi realçada a importância da educação na construção do DS, suportada pela inseparável trilogia: desenvolvimento social, crescimento económico e proteção ambiental (Soromenho-Marques, 2004; Capucha, 2006). Esta trilogia corporizou-se em seis princípios [ambiente, futuro, qualidade de vida, equidade, precaução e pensamento sistémico (UN, 2002; Bonito *et al.*, 2007; A21L 2008; *União de Educação e Cultura de Eunápolis* – UNECE, 2008)], baseados em seis premissas: a satisfação das carências basilares da sociedade (leia-se alimentação, saúde, educação), a solidariedade intergeracional, a participação pró-ativa da sociedade no ambiente, a proteção dos recursos naturais, o fomento de um sistema social coeso (emprego, segurança social e respeito para com as outras culturas) e uma efetiva educação social (Teixeira, 2003).

Na referida cimeira foi dado grande relevo à sociedade civil. Foi reforçada a necessidade de se efetuarem parcerias entre os governos, o setor empresarial e a sociedade. Reafirmou-se e

⁶ A Educação, para além de ser um Direito Constitucional é um pré-requisito para se chegar ao DS numa governação democrática e responsável, preconizada pela estratégia de EDS da CEE/ONU.

consolidou-se o DS como tema central da agenda política internacional e incluiu-se a pobreza⁷, o ambiente e a utilização dos recursos naturais, como prioridades.

Sendo a função educativa tão importante no meio académico e científico para assegurar o DS, em dezembro de 2002, a Assembleia-geral da ONU declarou (Declaração n.º 57/254) o período de 2005-2014 como o *Decénio das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável*, sendo designada a UNESCO para a execução do processo de implementação (UNESCO, 2003; UN, 2005; *Comissão Nacional da UNESCO – CNU*, 2006). O DNUEDS deverá *consagrar e reforçar o desenvolvimento sustentável como finalidade da humanidade e o papel da educação como meio de execução de um programa político, globalizado e globalizante* (Gaudiano, 2005, citado por Pereira, 2009:14).

Um dos objetivos para a década era acabar com o analfabetismo no mundo até 2015. Esta foi certamente uma missão extenuante e (...) *uma dimensão claramente utópica, cujo horizonte de ambição só pode ser assumido como um quadro orientador de valores, relativamente ao qual se procurem vias pragmáticas para sustentar e inverter o sentido dos processos que estão a conduzir à ruptura generalizada no ambiente e nas sociedades* (Gomes, 2009:40). De facto, pode-se agora constatar que, por exemplo, o objetivo de ‘erradicação da pobreza’ está longe de ser atingido.

1.11. CONFERÊNCIA DE AHMEDABAD (TBILISSI+30)

Em 2007, ocorreu na Índia a *Conferência de Ahmedabad*, sob o tema, *IV Conferência Internacional de Educação Ambiental*. O documento final desta conferência recomendou veementemente uma profunda reforma no pensamento dos cidadãos, com base na mudança de paradigma da educação atual para a EADS em todos os sistemas de ensino.

1.12. COMUNICADO DE LONDRES PARA O ESPAÇO EUROPEU DE ENSINO SUPERIOR

O *Comunicado de Londres para o Espaço Europeu de Ensino Superior* pretende responder aos desafios do atual mundo globalizado. Para tal, os ministros responsáveis pelo ensino superior reuniram-se em Londres, 2007, para avaliar os progressos do processo de Bolonha desde 2005, em Bergen, cujo desafio educativo para a *Convergência Europeia do Ensino Superior*, tivera início na *Conferência de Bolonha*, em 1988.

A *Declaração de Bolonha* foi assinada em 19 de junho de 1999, em Bolonha, Itália, pelos ministros responsáveis pelo ensino superior de 29 países europeus, entre os quais, Portugal. A declaração reproduz um processo de reforma intergovernamental de âmbito europeu, que

⁷ Estabeleceu-se um fundo mundial de solidariedade para a erradicação da pobreza e uniram-se esforços para elaborar um plano de desenvolvimento sustentável para África.

assenta nos objetivos da *Estratégia de Lisboa*, com a finalidade de materializar o *Espaço Europeu de Ensino Superior*.

O Processo de Bolonha foi norteador por diversas reuniões ministeriais (Praga 2001, Berlim 2003, Bergen 2005, Londres 2007 e Lovaina 2009), contando atualmente com 46 países signatários da *Convenção Cultural Europeia* (organizações internacionais e associações europeias que representam *Instituições do Ensino Superior – IES*, alunos, pessoal especializado e entidades empregadoras).

Este comunicado oferece uma grande oportunidade para que as IES repliquem métodos de trabalho interdisciplinares, incorporem novas metodologias e um processo de aprendizagem ao longo da vida, para melhorar a docência e enfrentar os desafios que se apresentam no mundo global. Para tal, as instituições deverão empenhar-se no processo de inclusão do desenvolvimento sustentável em todas as disciplinas, com a criação de planos de estudo flexíveis e adaptados ao modelo das IES do *Espaço Europeu de Ensino Superior* (Comunicado de Londres, 2007).

O maior desafio deste programa é a transição do foco, tradicionalmente centrado no professor, para o estudante. É um compromisso conjunto para o futuro sustentável, de incremento da compatibilidade e comparabilidade dos sistemas de ensino superior europeus, mas respeitando a diversidade social, suas tradições e culturas.

1.13. CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (RIO+20)

A *Conferência do Rio+20*, promovida pelas Nações Unidas, no Rio de Janeiro, em 2012, teve como objetivo fomentar a prosperidade, o bem-estar social e a proteção do ambiente. O documento final de 53 páginas, acordado por 188 países, ditou o caminho para a cooperação internacional sobre DS. Governos, empresários e outros parceiros da sociedade civil assumiram diversos compromissos, com ações concretas, para responder a necessidades como a energia sustentável e os transportes.

Na temática *Desenvolvimento Sustentável e Educação* participaram 260 líderes de escolas de economia e universidades de todo o mundo, sendo aprovada a *Declaração da Iniciativa de Sustentabilidade no Ensino Superior*. A iniciativa foi promovida pela UNESCO, *Universidade das Nações Unidas – UNU*, *Global Higher Education for Sustainability Partnership – GHESP*, *Princípios da ONU para a Iniciativa Educação Empresarial Responsável – PRME* e *Programa Ambiental da ONU – UNEP*. Os signatários, líderes das IES e organizações afins, comprometeram-se a incorporar a sustentabilidade no ensino, investigação e gestão das organizações, de acordo com os seguintes princípios (*United Nations Global Compact – UNGC*, 2013):

1. ensinar o conceito de DS, garantindo que faz parte do currículo dos cursos;
2. estimular a investigação em questões de DS;
3. reduzir a pegada ambiental, adotar a prática de compras sustentáveis, fornecer opções de mobilidade sustentáveis aos alunos e professores, eleger programas eficazes para minimizar os resíduos e incentivar os estilos de vida sustentáveis;
4. apoiar os esforços de sustentabilidade na envolvente contextual e efetuar parcerias com as instituições locais e a sociedade civil;
5. compartilhar os resultados através de estruturas internacionais (DNUEDS, UNU, GHESP, PRME e UNEP), no sentido de trocar conhecimentos e experiências, e informar regularmente sobre os progressos e desafios.

Os princípios procuram estabelecer um processo de melhoria contínua nas instituições de ensino de gestão, a fim de desenvolver uma nova geração de líderes empresariais capazes de gerir os complexos desafios enfrentados pelas empresas e pela sociedade no século XXI.

2. CONTRIBUTO DOS EVENTOS PARA A EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As instituições internacionais têm realizado esforços para orientar as políticas dos diversos territórios, organizando eventos, no sentido de responder aos objetivos do desenvolvimento sustentável, permitir uma nova dinâmica no âmbito da interação sociedade-natureza e fomentar o bem-estar social. Vários foram os encontros mundiais que cooperaram para produzir programas e metodologias de EA, como principal ferramenta de apoio aos países, no seu percurso em direção ao DS.

A Tabela 1 mostra que as declarações internacionais foram sempre muito consistentes no sentido de reforçar a importância da EDS. Em síntese, recomendam:

inclusão da EA em todas as etapas do ensino para a salvaguarda e melhoria da qualidade do ambiente; existência de um compromisso entre os países para se atingir a sustentabilidade; sensibilização da sociedade civil para o consumo consciente e responsável; visão intergeracional e respeito pelas gerações futuras; e, envolvimento das instituições públicas e privadas na constituição de parcerias nacionais e internacionais com as ONG comprometidas com o DS.

Ambientalização do ensino, investigação e gestão nas IES; importância do papel da EA nas IES, no sentido de promover uma cultura de sustentabilidade na comunidade académica e sociedade civil; redes e parcerias nacionais e internacionais de cooperação entre IES na conceção de processos e programas sustentáveis; fomento da literacia ambiental (consciência, responsabilidade, pensamento sistémico e ética ambiental).

	Eventos	Resultados	Repercussões
1972	Conferência Mundial do Meio Ambiente, Estocolmo	Publicação do relatório do Clube de Roma: <i>Os Limites do Crescimento</i> . Surge o conceito de Ecodesenvolvimento de Ignacy Sachs: criar uma base racional de crescimento econômico, equidade social e prudência ecológica.	Criação do PNUMA: 1º Plano de Ação Mundial Sobre Ambiente. Adoção dos lemas: <ul style="list-style-type: none"> • Uma Terra Só; • Crescimento Zero.
1975	Seminário Internacional de EA, Belgrado	Carta de Belgrado: elaboração de uma estrutura global para a criação de um programa mundial de EA.	Deu-se continuidade às recomendações de Estocolmo. Criou-se o PIEA. A EA deve ser multidisciplinar.
1977	1ª Conferência Inter-governamental sobre EA, Tbilissi	<i>Declaração de Tbilissi</i> : definiram-se objetivos e características para a Educação Ambiental, estratégias e planos de desenvolvimento.	Deu-se continuidade à Carta de Belgrado. Concentração decisiva no PIEA, EA como fator indispensável para uma educação global formal e não formal e inclusão da EA no maior número de países. A EA deve ser interdisciplinar.
1987	Conferência Internacional sobre Educação e Formação, Moscou .../... Relatório Brundtland	Proposta de uma estratégia internacional de ação no domínio da educação e da formação ambientais para década de 90, com a inclusão da EA nos programas escolares e a formação de recursos humanos em EA formal e não formal. Publicado o relatório <i>Nosso Futuro Comum</i> , de Gro Brundtland, que deu origem à disseminação mundial do conceito de 'Desenvolvimento Sustentável'.	Criação da Década Mundial para a EA (déc. 90). Inclusão da EA em todos os níveis de ensino e nas IES, embora poucas ofereçam planos de ação concretos. O <i>Relatório Brundtland</i> (entre outros) foi o documento de referência e de maior impacto para a introdução da EA no ensino superior. Deu origem a diversos projetos, documentos, redes, parcerias e programas de ambientalização curricular por todo o mundo (rede ACES, rede Alfa PlanGIES, Carta Universitária para o DS, Associação das Universidades do Commonwealth, Programa Ambiental da ONU, United Nations Global Compact, Global Higher Education for Sustainability Partnership, Declaração de Bolonha, Comunicado de Londres para o Espaço Europeu de Ensino Superior...). A EA deve ser transdisciplinar (holística).
1992	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco'92), Rio de Janeiro .../... Jornada Internacional de Educação Ambiental	Reescritos e redefinidos os princípios da <i>Declaração de Tbilissi</i> . Resoluções: <ul style="list-style-type: none"> • <i>Declaração do Rio de Janeiro sobre Ambiente e Desenvolvimento</i>; • <i>Convenção sobre as Alterações Climáticas</i>; • <i>Declaração de Princípios sobre Florestas</i>; • <i>Convenção sobre Diversidade Biológica</i>; • <i>Agenda 21</i>: cria condições para a promoção da Educação Ambiental, estabelecendo a ligação entre o desenvolvimento sustentável e o envolvimento ativo dos indivíduos nas questões ambientais. <p>O 'Desenvolvimento' é plenamente aceite pelos países e passa a ser visto como indispensável à melhoria da qualidade de vida, desde que seja sustentável.</p> <p>Da <i>Jornada Internacional de Educação Ambiental</i> resultaram 32 tratados, entre os quais se realça o <i>Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global</i>.</p>	Reconquista do <i>empowerment</i> por parte das sociedades (democracia participativa). A Eco'92 repercutiu-se em múltiplas ações: Congresso Mundial para Educação e Comunicação sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Canadá; I Congresso Iberoamericano de Educação Ambiental – CIEA: <i>Uma Estratégia para o Futuro</i> , México, ambos em 1992; II CIEA: <i>Em Busca das Marcas de Tbilissi</i> , México, 1997; III CIEA: <i>Povos e Caminhos para o DS</i> , Venezuela, 2000; IV CIEA: <i>Um Mundo Melhor é Possível</i> , Cuba, 2003; V CIEA: <i>A Contribuição da EA para a Sustentabilidade Planetária</i> , Brasil, 2006; VI CIEA: <i>Enriquecendo as Propostas Educativo-ambientais para a Ação Coletiva</i> , Argentina, 2009... Congresso Sul-americano Continuidade Eco/92, Argentina e Conferência dos Direitos Humanos, Áustria, ambos em 1993; Conferência Mundial da População, Egito, em 1994; Conferência para o Desenvolvimento Social, Dinamarca; Conferência Mundial da Mulher, China; Conferência Mundial do Clima, Alemanha, todos em 1995; Conferência Habitat II, Turquia, 1996; Conferência sobre Educação Ambiental, Índia, 1997... A A21 (pense global, aja local) refletiu-se na <i>Cimeira do Rio+5</i> ; nos <i>Objetivos de Desenvolvimento do Milênio</i> (políticas de erradicação da pobreza e fome – 199 países), Nova Iorque, 2000; e, reafirmou-se a Educação como base para o DS, Joanesburgo, 2002.
1997	Conferência Internacional sobre Ambiente e Sociedade,	<i>Declaração de Tessaloniki</i> : reorientação da Educação Ambiental para a sustentabilidade como um motor de desenvolvimento humano para a mudança.	A comunidade internacional tomou consciência que, desde a Eco'92, a Educação Ambiental não tem surtido os efeitos desejáveis nas populações mundiais.

	(Rio+5), Thessaloniki		
2002	Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+10), Joanesburgo .../... DNUEDS	<p><i>Declaração Política e Plano de Ação:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • reavaliação e implementação das diretrizes da <i>Conferência do Rio</i>; • aprovação das diretrizes relacionadas com as mudanças climáticas e a pobreza, para reduzir as assimetrias entre o nível de vida das populações dos países ricos e pobres; • elaborar uma estratégia de DS para os países pobres. 	O Ambiente foi tratado como uma simples formalidade. As lideranças políticas de todo o mundo foram incapazes de aumentar as conquistas da sustentabilidade. Faltou vontade política para enfrentar os problemas globais do ambiente (e.g. metas traçadas para as energias renováveis na luta conta as alterações climáticas).
2012	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), Rio de Janeiro	<p>Renovação do compromisso político sobre desenvolvimento sustentável de Joanesburgo.</p> <p>Da temática <i>Desenvolvimento Sustentável e Educação</i> resultou a <i>Declaração da Iniciativa de Sustentabilidade para o Ensino Superior</i>.</p>	<p>Líderes de escolas de todo o mundo assumiram compromissos em ações concretas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Por ação da UNGC foram criados os <i>Princípios para a Educação Empresarial Responsável</i> (inspirados no GHESP) para fomentar nas instituições 'a recordista em educação, investigação e gestão responsável'. • Mais de 450 signatários (80 países) juntaram-se aos PRME. • O <i>Pacto Global da ONU</i> conta com 7 000 signatários corporativos (135 países). É a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa voluntária do mundo. Constituiu-se como uma plataforma política e um quadro prático para as empresas comprometidas com o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social, tendo como filosofia operar segundo os princípios universalmente aceites nas áreas de direitos humanos, trabalho, ambiente e combate à corrupção.

Tabela 1: Impacto mundial dos principais eventos sobre Educação Ambiental.

Verifica-se, porém, que todos estes eventos, processos e declarações não geraram o impacto desejado no ensino e nas populações em geral.

De facto, como os normativos subjacentes à EA estão a cargo dos decisores políticos de cada país, embora as bases teóricas estejam lançadas, as cimeiras internacionais não possuem capacidade para produzir efeitos transversais nos diversos setores de atividade. Tanto mais que, a partir do novo milénio, tem-se verificado uma inversão na implementação de projetos de EA em todos os níveis de ensino.

Os programas curriculares encontram-se excessivamente orientados para os mercados de trabalho, com efeitos economicistas, sem o devido enquadramento transversal, interdisciplinar e sistémico da temática ambiental nas matérias lecionadas. Se os alunos não compreenderem a realidade complexa e sistémica da biosfera, acabam por ver negada a possibilidade de desenvolver soluções sustentáveis e coerentes para os problemas atuais.

Assim, como referem Ramos e Patrício (2014:330), *se queremos uma educação para a sustentabilidade, recomendada em documentos oficiais, nacionais e internacionais, o ensino e a investigação deverão introduzir mais e melhor informação sobre a sustentabilidade, a cidadania e a responsabilidade social(...) É necessário promover uma consciência ambiental*

orientada para o desenvolvimento sustentável e centrada na cidadania e na reformulação dos valores éticos, individuais e coletivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os eventos aqui analisados permitiram aos países traçar desafios e estratégias orientadas para o desenvolvimento sustentável em diversos âmbitos de intervenção.

Foi a partir da década de 70 do século passado, que a sociedade tomou maior consciência sobre os problemas ambientais. Em retrospectiva, despontaram as primeiras respostas político-administrativas para a questão ambiental em 1972, com a *Conferência de Estocolmo*, onde participaram os chefes de governo nos temas em debate – *Desenvolvimento Económico e Conservação do Meio Ambiente*. Neste evento foram abordados os conceitos de 'Educação Ambiental' e de 'Sustentabilidade' na sua plenitude. Foi a primeira reunião internacional com medidas concretas de Educação Ambiental sem o foco do radicalismo inicial e com a introdução da dimensão ambiental nos modelos de crescimento económico e na utilização dos recursos ambientais. De todos os eventos mundiais, a *Conferência de Estocolmo* foi a que mais contribuiu para alterar a mentalidade da classe política. Foi, todavia, em 1975, na *Conferência de Belgrado*, que a Educação Ambiental veio a ser imposta como conceito universal e, na *Conferência de Tbilissi*, em 1977, debateram-se valores éticos, económicos e estéticos, com vista à preservação do meio natural.

Em 1987, publicou-se a *Informação Brundtland* pela equipa interdisciplinar de *experts* em meio ambiente, donde resultaram o Tratado do 'Estado de Bem-estar' (cada Estado compromete-se a garantir os direitos mínimos aos cidadãos: educação, saúde, habitação) e o conceito de 'Desenvolvimento Sustentável'. Este relatório fomentou a solidariedade social para com o futuro da humanidade, que implicou o princípio de 'não hipotecar no presente os recursos das gerações futuras'.

Outro passo importante no plano da agenda sustentável foi dado na *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, Rio'92*, que deu início a uma estratégia global e tolerante de construção de um futuro sustentável, a qual, imprimiu uma maior preocupação e consciência ambiental global. Foi nesta conferência que a Educação Ambiental se considerou indispensável para o processo de construção do desenvolvimento humano sustentável, elegendo-se o ensino como a (...) *ferramenta mais importante no desenvolvimento dos recursos humanos e no impulsionar da transição para um mundo mais sustentável* (A21, Cap. 36). Neste evento, o desenvolvimento sustentável e a Educação Ambiental foram plenamente aceites e divulgados pelo mundo.

Na *Conferência de Thessaloniki*, 1997, admitiu-se que, desde a *Conferência do Rio*, a Educação Ambiental não produziu os efeitos desejados nas populações. A *Conferência de Joanesburgo*, em 2002, teve como objetivo reavaliar e implementar as diretrizes acordadas na *Conferência do Rio* e aprovar as normas relacionadas com as mudanças climáticas e o crescimento da pobreza, de forma a reduzir as enormes diferenças entre os padrões de vida

das populações. Os pontos mais críticos das negociações relacionaram-se com a energia e o saneamento básico, não trazendo mais nada de novo, relativamente aos eventos anteriores. Esta cimeira deixou indubitavelmente claro que as lideranças políticas de todo o mundo têm sido incapazes de aumentar as conquistas quanto à sustentabilidade, apesar de muitos desses líderes terem frequentado as mais prestigiadas universidades mundiais.

Para enfrentar os desafios do mundo global, o *Comunicado de Londres, 2007*, centrou-se na sustentabilidade e no trabalho transdisciplinar nas IES e, na *Conferência do Rio+20*, em 2012, para além de se debaterem as temáticas anteriores, foram efetuadas importantes parcerias e firmados compromissos em ações concretas, no âmbito da responsabilidade social e sustentabilidade nas empresas e IES.

Resulta destas cimeiras que, em termos discursivos, tanto o Desenvolvimento Sustentável como a Educação Ambiental, passaram da conceção multidisciplinar (paralelismo) para a conceção transdisciplinar (convergência). Do conservacionismo/proteccionismo para a aquisição do conhecimento ético e responsável sobre o Ambiente. Da exclusão social (pobreza, desigualdade e injustiça), para a inclusão social (garantia dos direitos básicos dos cidadãos). Do crescimento económico ilimitado para as três dimensões fundamentais do desenvolvimento humano sustentável (sociedade, ambiente, economia). Em termos práticos, as lideranças políticas mundiais e os grandes grupos económicos não se têm mostrado recetivos para aumentar as conquistas quanto à sustentabilidade. Do mesmo modo, as questões relativas à inclusão da EADS no ensino têm avançado muito lentamente, privadas de um plano global, concertado e contínuo, por parte dos governos e das instituições de ensino.

Assim, em todas estas conferências há discursos otimistas e pessimistas. Porém, há sempre algo de positivo a retirar, por terem permitido uma maior sensibilização da sociedade, dos políticos e das instituições em geral. Reconhece-se atualmente, que a consciência pública saiu enriquecida e revigorada pelas conferências internacionais. De facto, de há 50 anos até hoje é visível uma maior consciencialização a nível global, embora os grandes compromissos do Rio, Quioto e Joanesburgo, se cumpram a conta-gotas, e em termos práticos, com efeitos insuficientes. Por outro lado, os jovens de hoje são ambientalmente mais conscientes do que os jovens de outrora.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é financiado por: Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, na sua componente FEDER, através do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020) [Projeto nº 006971 (UID/SOC/04011)]; e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto UID/SOC/04011/2013.

REFERÊNCIAS

- AGENDA 21 (1992). CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (Rio/92). CAPÍTULO 36. RIO DE JANEIRO.
- AGENDA21 LOCAL (2008). PORTAL AGENDA 21 LOCAL. ACESSO NA INTERNET, MAIO 2011, [HTTP://WWW.AGENDA21LOCAL.INFO/INDEX.PHP?OPTION=COM_DOCMAN&ITEMID=33](http://www.agenda21local.info/index.php?option=com_docman&Itemid=33).
- ALMEIDA, M. (2006). UM PLANETA AMEAÇADO: A CIÊNCIA PERANTE O COLAPSO DA BIOSFERA. PREFÁCIO DE VIRIATO SOROMENHO-MARQUES. ESFERA DO CAOS EDITORES, LDª. LISBOA.
- ALVES, F. (2009). A EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM MANUAIS ESCOLARES DA ÁREA CIENTÍFICA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA. UM ESTUDO TRANSVERSAL (2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO). DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM CIDADANIA AMBIENTAL E PARTICIPAÇÃO. UNIV. ABERTA.
- BONITO, J.; CID, M.; MATOS, G. (2007). "O SIGNIFICADO DOS RÓTULOS ALEGADAMENTE «ECOLÓGICOS» PRESENTES EM PRODUTOS COMERCIALIZÁVEIS EM PORTUGAL: UM ESTUDO COM ALUNOS UNIVERSITÁRIOS". IN: EDUCAÇÃO. TEMAS E PROBLEMAS. Nº 3. Ed. COLIBRI. PP.125-155.
- BORGES, F. (2002). A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO. CONTRIBUTOS PARA O SEU DESENVOLVIMENTO NO 4º ANO DE ESCOLARIDADE. TESE DE DOUTORAMENTO. UNIV. MINHO. BRAGA.
- BRUNDTLAND, G. (1987). OUR COMMON FUTURE: THE WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. OXFORD. UNIVERSITY PRESS.
- CAPUCHA, L. (DIR.) (2006). EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA. GUIÃO DE EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE – CARTA DA TERRA. Ed. MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO: DIREÇÃO GERAL DE INOVAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO CURRICULAR.
- CNU (2006). COMISSÃO NACIONAL DA UNESCO PORTUGAL. DÉCADA DAS NAÇÕES UNIDAS DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. CONTRIBUTOS PARA A SUA DINAMIZAÇÃO EM PORTUGAL.
- COMUNICADO DE LONDRES (2007). HACIA EL ESPACIO EUROPEO DE EDUCACIÓN SUPERIOR: RESPONDIENDO A LOS RETOS DE UN MUNDO GLOBALIZADO. ACESSO NA INTERNET, DEZEMBRO 2010: [HTTP://WWW.CRUE.ORG/EXPORT/SITES/CRUE/PROCBOLONIA/DOCUMENTOS/ANTECEDENTES/COMUNICADO_DE_LONDRES_2007.PDF](http://www.crue.org/export/sites/CRUE/PROCBOLONIA/documentos/ANTECEDENTES/COMUNICADO_DE_LONDRES_2007.PDF).
- CUNHA, C.; VIEIRA, C.; TEIXEIRA, F.; RAPOSO, I.; SOBRINHO, J. (1999). A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA POLÍTICA PÚBLICA DE AMBIENTE, UM HISTORIAL E UMA BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA. IPAMB. LISBOA.
- FERNANDES, J. (2001). DO AMBIENTE PROPRIAMENTE DITO. CONSIDERAÇÕES POUCO CANÓNICAS SOBRE O AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO HUMANO. INSTITUTO DE PROMOÇÃO AMBIENTAL.
- GOMES, J. (2009). PROGRAMA ECO-ESCOLAS: UM CONTRIBUTO PARA A SUA AVALIAÇÃO. MESTRADO EM ESTUDOS AMBIENTAIS: CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO. UNIVERSIDADE ABERTA.
- GONÇALVES, F.; PEREIRA, R.; AZEITEIRO, U.; PEREIRA, M. (2007). ACTIVIDADES PRÁTICAS EM CIÊNCIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL. HORIZONTES PEDAGÓGICOS. INSTITUTO PIAGET.
- GONÇALVES, J. (2002). EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E AMBIENTAL. CONTRIBUTO DA DISCIPLINA DE GEOGRAFIA NO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO 9º ANO. DISSERTAÇÃO DE MESTRADO. UTAD. VILA REAL.
- KISS, A.; SHELTON, D. (1994). INTERNATIONAL ENVIRONMENTAL LAW. SUPPLEMENT. TRANSNATIONAL PUBLISHERS, INCORPORATION. NEW YORK.
- MAIA, V. (2000). O RIO LEÇA: UTILIZAÇÃO DO RIO COMO RECURSO DIDÁCTICO NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL. DISSERTAÇÃO DE MESTRADO. UNIVERSIDADE DO MINHO. BRAGA.
- MEADOWS, D. (ORG.) (1972). THE LIMITS TO GROWTH. UNIVERSE BOOKS. NEW YORK.
- MOUSINHO, P. (2003). "GLOSSÁRIO". IN: TRIGUEIRO, A. (COORD.). MEIO AMBIENTE NO SÉCULO 21: 21 ESPECIALISTAS FALAM DA QUESTÃO NAS SUAS ÁREAS DE CONHECIMENTO. 3ª Ed. SEXTANTE. RIO DE JANEIRO. PP.333-367.
- MURGA-MENOYO, M. (2013). DESARROLLO SOSTENIBLE: PROBLEMÁTICAS, AGENTES Y ESTRATEGIAS. MCGRAW-HILL. UNED. MADRID.
- NOVO, M. (1998). LA EDUCACIÓN AMBIENTAL: BASES ÉTICAS, CONCEPTUALES Y METODOLÓGICAS. EDIÇÕES UNESCO. EDITORIAL UNIVERSITAS. MADRID.
- OLIVEIRA, N. (1998). "A EDUCAÇÃO AMBIENTAL". BOLETIM PENSAR EDUCAÇÃO. Ed. CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE GAIA OESTE.
- PEREIRA, R. (2009). EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO. CONCEPÇÕES DE PROFESSORES E ANÁLISE DE MANUAIS ESCOLARES. TESE DE DOUTORAMENTO. UNIVERSIDADE DO MINHO.
- RAMOS, M.; PATRÍCIO, O. (2014). POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS DE COESÃO ECONÓMICA, SOCIAL E TERRITORIAL PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. THE OVERARCHING ISSUES OF THE EUROPEAN SPACE: THE TERRITORIAL DIVERSITY OF OPPORTUNITIES. IN A SCENARIO OF CRISIS. FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO. PP.316-335.
- RAMOS-PINTO, J. (2004). EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM PORTUGAL: RAÍZES, INFLUÊNCIAS, PROTAGONISTAS E PRINCIPAIS ACÇÕES. IN: EDUCAÇÃO, SOCIEDADE & CULTURAS. PORTO. Nº21. PP.151-165.
- RAPOSO, I. (1997). NÃO HÁ BICHOS DE SETE CABEÇAS. CADERNOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. INSTITUTO DE INOVAÇÃO EDUCACIONAL. LISBOA.
- SOROMENHO-MARQUES, V. (1998). O FUTURO FRÁGIL: OS DESAFIOS DA CRISE GLOBAL DO AMBIENTE. PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA. LISBOA.
- SOROMENHO-MARQUES, V. (2002). "A LONGA MARCHA DE ESTOCOLMO A JOANESBURGO: AS IDADES DE POLÍTICA INTERNACIONAL DE AMBIENTE". REVISTA FÓRUM AMBIENTE, EDIÇÃO ESPECIAL. Nº 85. OUTUBRO. PP.5-6.
- SOROMENHO-MARQUES, V. (2004). "ECONOMIA, POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. OS DESAFIOS DA CRISE GLOBAL E SOCIAL DO AMBIENTE". EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURAS. Nº21. PP.9-22.

- TAMANES, R. (1977). ECOLOGIA Y DESARROLLO. ALIANZA EDITORIAL. MADRID.
- TEIXEIRA, F. (2003). EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM PORTUGAL. ETAPAS, PROTAGONISTAS E REFERÊNCIAS BÁSICAS. LIGA PARA A PROTEÇÃO DA NATUREZA. TORRES NOVAS.
- UN (1972a). UNITED NATIONS. ACTION PLAN FOR HUMAN ENVIRONMENT. ACESSO NA INTERNET, MAIO 2010: [WWW.UNEP.ORG](http://www.unep.org).
- UN (1972b). UNITED NATIONS. DECLARATION OF THE UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE HUMAN ENVIRONMENT. ACESSO NA INTERNET, MAIO 2010: [WWW.UNEP.ORG](http://www.unep.org).
- UN (1997). UNITED NATIONS. KIOTO PROTOCOL TO THE UNITED NATIONS FRAMEWORK. CONVENTION ON CLIMATE CHANGE. ACESSO NA INTERNET, MAIO 2010: [WWW.UNFCCC.INT/RESOURCE/DOC/CONVKP/KPENG.HTML](http://www.unfccc.int/resource/doc/convkp/kpeng.html).
- UN (2002). UNITED NATIONS. RESOLUÇÃO ADOPTADA PELA ASSEMBLEIA-GERAL 57/254. DÉCADA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.
- UN (2005). UNITED NATIONS. UNITED NATIONS DECADE OF EDUCATION FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT. INTERNATIONAL IMPLEMENTATION SCHEME. UNESCO. EDUCATION SECTOR. ED/DESD/2005/PI/01. ACESSO NA INTERNET, MAIO 2011: [HTTP://UNESDOC.UNESCO.ORG/IMAGES/0014/001486/148654E.PDF](http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001486/148654e.pdf).
- UNECE (2008). UNIÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE EUNÁPOLIS. PROMOTING SUSTAINABLE DEVELOPMENT THROUGH EDUCATION. ACESSO NA INTERNET, MAIO 2011: [HTTP://WWW.UNECE.ORG/ENV/ESD/BACKGROUND.HTM](http://www.unece.org/env/esd/background.htm).
- UNESCO (1978). UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC, AND CULTURAL ORGANIZATION. CONFERÊNCIA INTERGOVERNAMENTAL SOBRE EDUCACIÓN AMBIENTAL. TBILISSI (URSS). INF. FINAL. PARIS.
- UNESCO (2003). UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC, AND CULTURAL ORGANIZATION. UNITED NATIONS DECADE OF EDUCATION FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT 2005-2014 FRAMEWORK FOR THE INTERNATIONAL IMPLEMENTATION SCHEME. GENERAL CONFERENCE. 32ND SESSION. INFORMATION DOCUMENT. PARIS. UNESCO.
- UNGC (2013). UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT. RIO+20 TREATY ON HIGHER EDUCATION. COPERNICUS ALLIANCE. ACESSO NA INTERNET, JULHO 2014: [HTTP://HETREATYRIO20.COM/WORDPRESS/WP-CONTENT/UPLOADS/2013/06/TREATY_RIO.PDF](http://hetreatyrio20.com/wp-content/uploads/2013/06/treaty_rio.pdf).
- UNRIC (2010). UNITED NATIONS REGIONAL INFORMATION CENTRE FOR WESTERN EUROPE. OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO. CENTRO REGIONAL DE INFORMAÇÃO DA ONU. ACESSO NA INTERNET, MAIO DE 2011: [HTTP://WWW.UNRIC.ORG/PT/BOLETIM-DO-UNRIC](http://www.unric.org/pt/boletim-do-unric).
- VIEIRA, P. (2002). "CIMEIRA DE JOANESBURGO". REVISTA FÓRUM AMBIENTE. EDIÇÃO ESPECIAL Nº 85. PP.9-42.
- VIEIRA, P. (2003). "O ESTRAGO DA NAÇÃO". COLEÇÃO CADERNOS DE REPORTAGEM. PUBLICAÇÕES D. QUIXOTE. OUTUBRO. 1ªED. Nº 1. LISBOA.

ANEXO

Anexo I – Cronologia dos marcos mais importantes da Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável no mundo (242 a.C-2012)

242 a.C	Criadas no Oriente os Abhayanas, reservas para proteção de animais, pelo Imperador Asoka.
1281	Aprovada legislação que impedia os suínos de vaguearem nas ruas de Londres.
1357	Proibido por ordem real o despejo de lixo no rio Tamisa em Londres.
1535	Em Zurich foi proibida a morte de aves pequenas, devido à limpeza que faziam às árvores e ao deleite que davam ao homem com o seu canto.
1700	Instalados em Itália, em Finale, os primeiros processos ecológicos para travar os gases tóxicos libertados por uma fábrica de cloreto de mercúrio.
1775	Percival Pott relacionou fatores ambientais com o cancro, ao observar que os limpa-chaminés desenvolviam a doença por contacto prolongado com a fuligem.
1843	Criação da Manchester Association for the Prevention of Smoke na Grã-Bretanha.
1854	O Presidente Franklin Pierce dos Estados Unidos tentou convencer chefe Seattle, líder das tribos Duwamish e Suquamish a vender as suas terras. A resposta foi a famosa carta de Seattle que correu mundo, como exemplo sublime de consciência holística e ecológica. Um pequeno excerto da carta mostra o âmago da sua filosofia: <i>A terra não pertence ao homem, é o homem que pertence à terra, disso temos a certeza.</i>
1859	George Sinclair desenvolveu estudos de investigação científica em Inglaterra, na área da Biodiversidade, no Jardim Experimental de Woburn Abbey. Esta primeira experiência ecológica foi depois utilizada por Charles Darwin na sua Teoria da Origem das Espécies.
1900	Realizou-se em Inglaterra, em Londres, a Conferência sobre Proteção dos Animais, Aves e Peixes de África, onde foi aprovado o primeiro tratado mundial sobre esta matéria.
1902	1ª Convenção Internacional Relativa à Proteção de Certas Espécies Selvagens, Convenção de Paris, com o objetivo de proteger apenas aves úteis à agricultura, sobretudo insetívoras.
1915	A Comissão Canadense de Conservação estabeleceu que cada geração tem o direito ao capital natural, o que implica que ele deve ser garantido para transmissão às gerações futuras.
1923	Realizou-se o Congresso Internacional para Proteção da Natureza, em Paris, para proteção da natureza e uso racional dos recursos.

1933	Convenção de Londres, relativa à Conservação da Fauna e da Flora em Estado Natural, África, previu a criação de parques nacionais e a proteção de algumas espécies de fauna selvagem.
1940	Convenção de Washington para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Panorâmicas da América, que visou o estabelecimento de zonas protegidas e a proteção de espécies selvagens, inclusivamente das aves migradoras.
1941	Primeira Decisão da Jurisdição Internacional relativa ao Ambiente, a Sentença Arbitral no caso da Fundição de Trail, que declarou que um Estado não tem o direito de usar o seu território ou permitir o seu uso, de modo a que os fumos provoquem prejuízos noutro Estado.
1948	Realizou-se a Conferência da UNESCO em Fontainebleau. A consciência da destruição do ambiente leva a ONU a promover a criação da UICN.
1954	Convenção de Londres, para a Prevenção da Poluição do Mar pelos hidrocarbonetos.
1960	Devido à utilização da energia nuclear, cria-se regulamentação internacional, na Convenção de Paris, sobre a responsabilidade civil em matéria de prejuízo nuclear.
1962	Publicou-se o livro Primavera Silenciosa, de Rachel Carson.
1963	Na Convenção de Viena retoma-se a criação de regulamentação internacional sobre a responsabilidade civil em matéria de prejuízo nuclear e o Tratado de Moscovo vem proibir o ensaio de armas nucleares, à exceção dos ensaios subterrâneos.
1968	Nasce o Conselho para a Educação Ambiental no Reino Unido e cria-se o Clube de Roma. O Conselho da Europa adota duas declarações de prevenção do ambiente: princípios de luta contra a poluição do ar e preservação dos recursos de água doces (Carta Europeia da Água). Em África surge a Convenção Africana sobre Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais.
1972	Realizou-se a Conferência Mundial do Meio Ambiente, em Estocolmo e publicou-se o Relatório do Clube de Roma, Os Limites do Crescimento Económico. Apresentado o conceito de Ecodesenvolvimento por Ignacy Sachs com o intuito de criar uma base racional de crescimento económico, equidade social e prudência ecológica. Criou-se o PNUMA em Nairobi, o 1º Plano de Ação Mundial Sobre Ambiente e a adoção do lema <i>Uma Terra Só</i> .
1973	Ignacy Sachs constituiu o Centro Internacional de Pesquisa sobre Ambiente e Desenvolvimento. Reúnem-se os representantes dos Estados-Membros – EM da UE no Conselho das Comunidades Europeias – CCE para a elaboração de um programa de ação sobre o ambiente, donde surge o 1º Programa Comunitário em Meio Ambiente e a Declaração do Conselho das Comunidades Europeias e dos Representantes dos Governos dos Estados Membros – CCERGEM reunidos no Conselho sobre o programa e execução de uma política de ação da CCE sobre o ambiente.
1975	A ONU e a UNESCO promoveram em Belgrado o Seminário Internacional de Educação Ambiental, donde saiu a Carta de Belgrado e foi criado o PIEA.

1976	Publicou-se o Manifesto do Partido Ecológico da Grã-Bretanha, relevando pela primeira vez a noção de sustentabilidade.
1977	Conferência de Tbilissi, URSS, 1ª Conferência Intergovernamental sobre EA, promovida pela UNESCO e PNUMA. Resultou a Declaração de Tbilissi, definiram-se objetivos e características de EA, estratégias e planos de desenvolvimento e implementação da EA no maior número de países. Resolução do CCEREM (continuação e execução da política de ação da CCE sobre o ambiente).
1979	Conferência Geral da UNESCO, Paris, com atividades de EA e Conferência Geral do Clima, Genebra. A comunidade internacional debateu medidas para diminuir o CO ₂ na atmosfera.
1980	Ignacy Sachs publicou o livro <i>Estratégia de Ecodesenvolvimento</i> onde explicita o conceito. A UICN publicou <i>The World Conservation Strategy</i> .
1981	Lester Brown, criador do Worldwatch Institute, editou o documento <i>Construção de uma Sociedade Sustentável</i> .
1982	Realiza-se a Avaliação dos 10 Anos Pós-Estocolmo, em Nairobi, com organização do PNUMA. Aqui constitui-se uma CMMAD para elaborar um relatório sobre o estado global do ambiente.
1983	Constitui-se a CMMAD acima referida, chefiada por Gro Brundtland, à data Ministra do Ambiente da Noruega. Resolução do CCEREM (continuação e execução da política de ação da CCE sobre o ambiente).
1985	23ª edição da Conferência Geral da UNESCO, Sófia. Foram tratadas questões sobre as recomendações de Tbilissi. Produzida em Viena, em 1985, a Declaração para a Proteção da Camada de Ozono. Em 1987, 36 países subscreveram o Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Empobrecem a Camada de Ozono, entre os quais, os maiores produtores de CFC. Em 1990, em Londres, 92 países acederam suspender a produção de CFC até 2000. Registam-se ainda reduções da camada de ozono em zonas densamente povoadas dos EUA, Europa e Ásia Central (Almeida, 2006:17).
1987	Publicado o relatório <i>Nosso Futuro Comum</i> , Gro Brundtland, que deu origem à disseminação mundial do conceito de 'Desenvolvimento Sustentável'. Conferência Internacional sobre Educação Ambiental e Formação, em Moscovo, fomentada pela UNESCO e PNUMA. Foi proposta a Estratégia Internacional de Ação no Domínio da Educação e da Formação Ambientais para Década de 90, com a inclusão da EA nos programas escolares e a formação de recursos humanos em EA formal e não formal. Resolução do CCEREM (continuação e execução da política de ação da CCE sobre o ambiente).
1988	Resolução do Conselho e dos Ministros da Educação, relativa à educação para o ambiente (Resolução nº 88/C 177/03, de julho de 1988) para reforçar a sensibilização do público para os problemas ambientais, através de ações adequadas no domínio da educação.

1990	<p>Conferência Mundial sobre Educação para Idosos, Jontien, Tailândia. Foi aprovada a Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, onde se responsabilizam as sociedades a respeitar a herança cultural, linguística e espiritual e promover a educação para todos, defender a causa justa social e proteger o ambiente.</p> <p>Publica-se o Livro Verde sobre Ambiente Urbano, CE, recurso para ações educativas nas cidades.</p>
1992	<p>Conferência da ONU para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio-92. Foram reescritos e redefinidos os princípios da Declaração de Tbilissi. O desenvolvimento é plenamente aceite pelos países e passou a ser visto como indispensável à melhoria da qualidade de vida, desde que fosse sustentável. Desta cimeira resultaram a Declaração do Rio de Janeiro sobre Ambiente e Desenvolvimento, Convenção sobre as Alterações Climáticas, Declaração de Princípios sobre Florestas, Convenção sobre Diversidade Biológica e a A21. A A21 cria condições para a promoção da EA, estabelecendo a ligação entre o DS e o envolvimento ativo dos indivíduos nas questões ambientais. A Carta da Terra viria a ser publicada em 2000 e aprovada em 2002.</p> <p>O Tratado de Maastricht ou <i>Tratado da União Europeia</i> foi assinado em Maastricht, na Holanda. Tinha como um dos seus objetivos o crescimento sustentável em relação ao ambiente (art. 2º), a inclusão de uma política de ambiente (art. 3º) com integração na definição e execução das outras políticas comunitárias e com decisões tomadas de forma mais próxima dos cidadãos.</p>
1993	Resolução do CCERGEM sobre o programa comunitário de política e ação sobre ambiente e DS.
1997	<p>Conferência Internacional sobre Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade, Thessaloniki, Grécia. Resultou a Declaração de Thessaloniki. Reorienta-se a EA para a sustentabilidade.</p> <p>Assinada a Convenção-Quadro sobre Alterações Climáticas por mais de 150 países para redução do efeito de estufa até 2010. O Protocolo de Quioto foi aprovado mais tarde, em 2001, em Haia. Os EUA, o Canadá e a Austrália não ratificaram o protocolo.</p>
1998	Decisão do Parlamento e do Conselho relativa à revisão do programa da CE de política e ação de ambiente e desenvolvimento sustentável: Em Direção a um Desenvolvimento Sustentável.
2000	<p>3ª Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis, em Hannover. Participaram 36 países para debater o estado das cidades e chegar a acordo sobre a implementação das cidades sustentáveis do séc. XXI. Assinou-se a Carta de Aalborg, cujo objetivo era o compromisso para a sustentabilidade das cidades europeias e implementação da A21L.</p> <p>Reunião Internacional de Especialistas em Educação Ambiental, Santiago de Compostela, UNESCO e Xunta de Galicia, donde saiu um documento com desafios para o novo milénio.</p>
2001	Proposta de Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho, vigorou até 2010: Ambiente 2010: O Nosso Futuro, A Nossa Escolha.
2002	A ONU realizou a Conferência de Joanesburgo, Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Sustentável ou Rio+10. Resultou uma Declaração Política e um Plano de Ação.
2004	Conferência para a elaboração do Plano Europeu de Ação em Ambiente e Saúde 2004-2010, Budapeste, com o objetivo de mitigar os efeitos das agressões ambientais sobre a saúde.

2006	12ª Conferência Mundial sobre as Alterações Climáticas, Nairobi, Quênia, direção da ONU.
2009	Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas ou Conferência de Copenhaga – EPACOP15. Processo negocial da Convenção-Quadro das Alterações Climáticas.
2012	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio de Janeiro (Rio+20); Declaração da Iniciativa de Sustentabilidade para o Ensino Superior.

Fonte: Elaboração própria com base em: Kiss e Shelton (1994); UN (1997); UNESCO (1978; 2000) citado por Mousinho (2003); Teixeira (2003); Ramos-Pinto (2004); Almeida (2006).